



Prefeitura Municipal de
Santo Antônio da Alegria
ESTADO DE SÃO PAULO
Cidade Folclore

Requerimento 75, de 11 de novembro de 2022

No que tange ao questionamento acerca da possibilidade do aumento salarial dos guardas municipais, revezamento entre os guardas, contratação de maior número e concessão de benefício de Atividade Delegada à classe, informamos o que segue.

Primeiramente, insta destacar que a concessão do benefício de atividade delegada, pela sua própria natureza, torna incompatível de recebimento pelos guardas municipais.

Conforme disposto na Lei Municipal n.º 1900, de 06 de abril de 2021, o pagamento da atividade delegada tem origem em convênio celebrado com o Estado de São Paulo que delega atividades municipais para o exercício por polícias militares do Estado, buscando desta forma a conjugação de esforços para melhorar a proteção do patrimônio, bens e serviços e instalações públicas municipais, a proteção do meio ambiente e a fiscalização do uso das vias públicas urbanas e estradas municipais.

No mais, esclarecemos que há previsão de aumento salarial para todos os servidores municipais no exercício de 2023, estando a guarda municipal inclusa.

Esclarecemos ainda, que atualmente a escala de serviço é realizada pela guarda municipal, nos limites da jornada semanal, sendo paga horas extraordinárias quando realizadas.

Cabe ressaltar, que o Poder Executivo Municipal tem encaminhado proposta de criação de novas vagas ou criação de cargos apenas se verificada a extrema necessidade, seja para garantir a continuidade do serviço público, seja diante de recomendação do Tribunal de Contas ou em razão de decisões judiciais.



Prefeitura Municipal de
Santo Antônio da Alegria
ESTADO DE SÃO PAULO
Cidade Folclore

No caso da Guarda Municipal, através do convênio celebrado com o Estado de São Paulo, foi viabilizado o aumento da força policial no âmbito deste Município, sem a necessidade da criação de novas vagas e aumento do quadro de pessoal fixo.

Como é de conhecimento dos Nobres Edis, para a abertura de novas vagas para o cargo, é necessário a realização de estudo de impacto orçamentário e, considerando o planejamento atual e o limite que este Município possui com despesas com pessoal, bem como, a alternativa encontrada que permite a delegação parcial das atividades e o aumento da força policial neste Município, não se verifica a possibilidade da criação imediata de novas vagas.